



Osvaldo Cabral  
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO  
inconveniente

## O Nobel da Economia e os Açores

O Indicador da Actividade Económica dos Açores (IAE) surpreendeu-nos esta semana com a revelação de um abrandamento da economia regional em Agosto.

Apesar de tudo é um aumento de 1,8% face ao mês homólogo do ano anterior, mas é um valor ligeiramente inferior ao registado no mês anterior.

Agosto é um mês pujante da economia, puxado pelo turismo, mas não é suficiente para colmatar o abrandamento noutras actividades.

Analisando o comportamento deste ano com os anos anteriores é fácil constatar que estamos a convergir para valores de 2019, que não ultrapassaram os 2%, um indicador anémico.

Quer isto dizer que o crescimento acentuado, de recuperação do afundamento da pandemia, já acabou.

Agora temos de lutar para crescer.

E para a economia crescer é preciso que as políticas públicas tenham um rumo e, sobretudo, dinheiro suficiente para injetar nos vários investimentos.

Não é isso que se tem verificado.

O investimento público anda pelas ruas da amargura e não faltam por aí queixas de faltas de pagamentos e atrasos de mais de um ano.

Pela primeira vez o Presidente do Governo dos Açores reconheceu, esta semana, que há dificuldades financeiras, quando antes se dizia que tudo corria às mil maravilhas.

Em entrevista à Renascença, confrontado se há, neste momento, uma situação financeira grave nos Açores, José Manuel Bolieiro respondeu: **“Entre as dívidas do Estado, os compromissos que tivemos com a Covid-19, a necessidade extrema de podermos ter pagamentos em dia ao consórcio que está a realizar, na Ilha das Flores, a recuperação e a reconstrução do Porto das Lajes das Flores, isso criou muitas dificuldades a outros pagamentos ao Orçamento regional. Essas dificuldades são verdadeiras e não posso escamoteá-las porque criaram dificuldades à execução dos orçamentos da Região Autónoma dos Açores. Felizmente, agora estamos em fase de recuperação e também pretendemos que não tenha necessidade de recorrer a endividamento bancário. Isto é, nós apresentamos um ano de proposta de orçamento que carece de 150 milhões de euros com recurso previsto a endividamento bancário. Se for dada reposta à justiça das transferências, das receitas do IVA, já não precisaremos de recorrer a endividamento porque ficaremos com o orçamento equilibrado”**.

Como era de prever - e como escrevemos aqui há mais de um mês -, tínhamos que pedir socorro a alguém.

Desesperadamente, estamos a pedir 150 milhões de euros ao Governo da República, em troca da aprovação do Orçamento de Estado.

São os Açores e a Madeira a quererem imitar os tempos do “queijo limiano”.

Toda esta trajectória da economia açoriana, que já vem errada de políticas implementadas há décadas, faz-nos lembrar a mensagem deixada pelos galardoados com o Prémio Nobel da Economia deste ano.

A Academia sueca premiou três economistas que estudaram porque é que algumas nações prosperem e outras não, com base nas instituições que existem.

O desenvolvimento acontece em regimes onde o mérito é recompensado e existe respeito pela propriedade - são regimes inclusivos - com as instituições viradas para o bem geral.

Em contraponto há os regimes extrativos, com instituições que privilegiam grupos de interesse que vivem em prejuízo dos outros.

No essencial dizem que boas instituições inclusivas promovem mais progresso do que instituições que só servem interesses limitados.

É o nosso problema, quando as instituições estão ao serviço de grupos como, por exemplo, partidos políticos e clientelas partidárias, em prejuízo do mérito.

É por isso que precisamos de instituições mais distantes dos interesses e da intervenção política imediata.

O rumo que estamos a dar ao nosso fraco desenvolvimento vai resultar sempre nos níveis de pobreza mais altos do país, como vem sendo habitual.

É preciso mudar muita coisa, a começar pela qualidade das nossas instituições e numa melhor aplicação dos nossos recursos.

O crescimento do nosso sector público administrativo é um entrave ao crescimento e a falta de investimento no sector produtivo é outra panaceia da nossa economia.

Como alguém já chamou a atenção, desde o ano 2000, o orçamento dos Açores já recebeu, do exterior, grosso modo, mais de 10 mil milhões de euros.

Precisa, agora, de mais 150 milhões, para não nos endividarmos.

Se seguíssemos os conselhos dos sábios, talvez estaríamos no caminho da sustentabilidade.

A continuar como até aqui, vamos sempre conquistando o Nobel da pedinçice.

## PRR já deu 140 milhões de euros aos investidores açorianos

Mais de 140 milhões de euros já foram transferidos nos Açores para os beneficiários finais dos investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), revelou o Conselho Económico e Social da região, apelando à celeridade na execução do programa

“Até 30 de Junho, o que estava transferido para os beneficiários finais são 146 milhões [de euros]. Isto representa, se considerarmos o investimento inicial dos 580 milhões, 25%. Se considerarmos o investimento dos 750 milhões, representa 13%”, disse a presidente da Comissão Especializada de Acompanhamento do PRR do Conselho Económico e Social dos Açores (CESA), Alexandra Bragança.

Alexandra Bragança, que falava aos

jornalistas em Ponta Delgada após uma reunião do CESA, considerou que a região está no “bom caminho”, mas alertou para a necessidade de “acelerar o passo e não perder tempo” na execução do plano.

“Quer da parte do Governo Regional, quer da parte dos agentes económicos, cumpre agir com celeridade, eficiência e rapidez. A tomada de decisão tem de ser rápida para podermos aproveitar este momento único para os Açores a todos os níveis”, salientou.

A presidente da comissão do CESA detalhou que existem dois problemas na execução do PRR dos Açores, relacionados com os programas para a qualificação dos adultos ao longo da

vida e com o sistema de capitalização das empresas.

Ainda segundo Alexandra Bragança, no final do próximo ano o objetivo passa por ter “1.125 alunos inscritos a mais no ensino pós-secundário e secundário dos Açores”, mas atualmente apenas existe um acréscimo de 517 alunos.

A dirigente do CESA lembrou também que até ao final deste ano estava previsto disponibilizar-se 50 milhões de euros às empresas da região, uma situação que “não vai de todo acontecer”.

“Era muito importante que o capital participativo fosse colocado à disposição das empresas o mais rapidamente possível, que é aquele sistema

de recapitalização que vai abranger as médias e as grandes empresas. Era muito importante que este sistema estivesse operacional e à disposição das empresas até antes do final do ano”, defendeu.

Pois, acrescentou, esta é a uma “altura crucial” para garantir a execução do PRR.

“À data de 30 de Junho de 2024, a execução acumulada do PRR Açores atingiu 77,55% [face ao previsto para aquela data]. Estamos numa altura crucial da execução deste programa. É nesta altura que todos nos devemos focar na execução dos marcos e metas que se encontram previstos daqui para a frente”, disse.